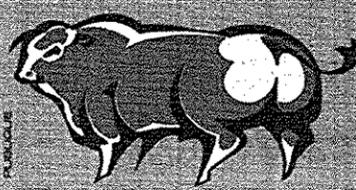


14/11/98
13
G 1, 10 e 11

O GRANDE PARCEIRO DO NELORE



Limousin

REDUZ PELA METADE O TEMPO DE ABATE

PATROCÍNIO

JS A Marca do Limousin

SUPLEMENTO

AGRÍCOLA

QUARTA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 1998 Nº 2201

O ESTADO DE S. PAULO

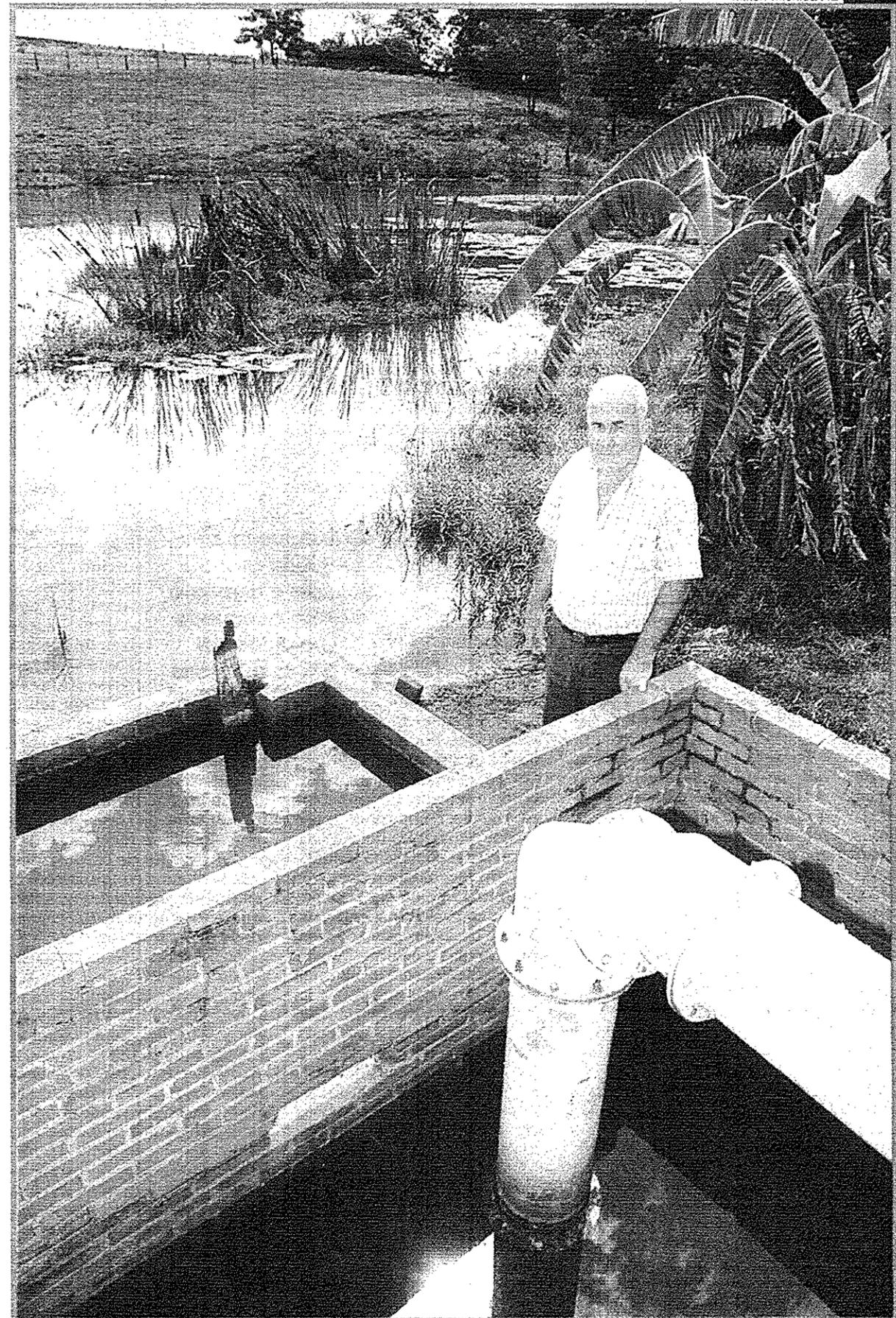
Qualidade Belgo Mineira



Motto
500m

Cercou, tá cercado.
Disque grátis 0800 31-3100

Milton Michida/AE



Água paga no campo

O governo paulista está organizando no interior os comitês de bacias hidrográficas. Esse é o primeiro passo para começar a cobrança da água que hoje os agricultores retiram de rios, lagos e poços sem nenhum critério. Produtores como Reinaldo Roncon (foto), no entanto, temem pela inviabilidade da agricultura por causa da alta taxaço. Páginas 10 e 11

14/1/98 10:11 cont.

REPORTAGEM DE CAPA



Canteiro de mudas irrigado: população será cobrada não só pela captação e tratamento de água, mas também pelo recurso em si

Agricultores terão de pagar água a partir do ano 2004

Governo quer regulamentar o uso da irrigação frente à perspectiva de escassez

ÂNGELA TRABBOLD

De toda a água doce que corre no Planeta, o Brasil é um dos maiores contemplados, com 8% da cota mundial. Embora se trate de recurso renovável, a preocupação é como conciliar o crescimento populacional com a água disponível. Uma das soluções é desestimular o desperdício no País que tem a maior bacia hidrográfica do mundo (na Amazônia), e onde os recursos hídricos parecem ser infinitos. Cobrar pelo uso da água, incluindo a área agrícola, é uma das medidas a serem adotadas.

O conceito do usuário-paga-

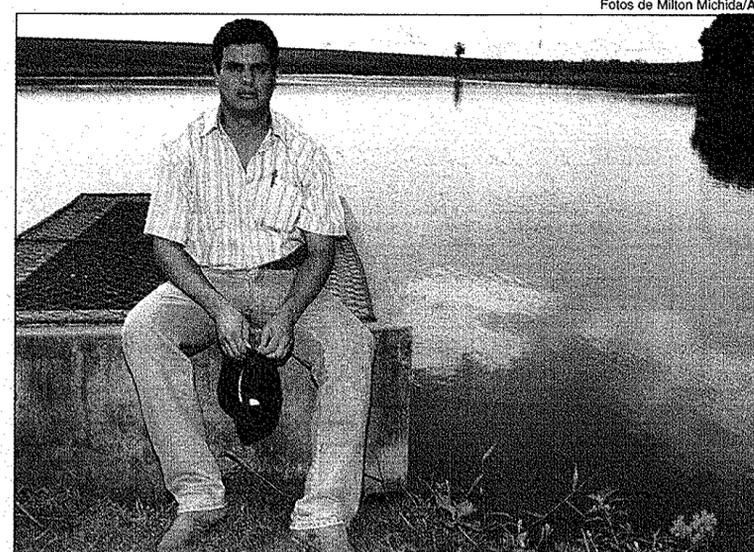
dor não é recente na legislação brasileira. Apesar de a cobrança estar prevista no Código de Águas feito na década de 30, e de ter sido reafirmada por diversas leis federais e estaduais, só agora o governo paulista decidiu regulamentar o assunto, cujo projeto de lei deve ser votado até meados deste ano. Além de São Paulo, outros 11 Estados estudam a cobrança e no Ceará o assunto foi regulamentado e a população já paga o que consome.

Prorrogação - No Estado de São Paulo, onde a cobrança deve vigorar a partir do ano 2000, o segmento mais resistente à instituição da taxa é o

agrícola. Tanto é que o secretário de Recursos Hídricos, Hugo Marques Rosa, anunciou recentemente que o setor ficará isento da cobrança até o ano 2004. A decisão, porém, não altera a proposta básica do projeto de lei, que institui a cobrança como forma de tornar mais racional o uso da água, nem diminui a polêmica em torno do assunto. "Com a prorrogação, queremos apenas dar tempo para o setor se ajustar à nova realidade", afirmou o secretário.

Outro fator que pesou na decisão de adiar a cobrança foi o custo que a taxa vai representar para a agricultura. "Nas simulações de preço,

foi constatado que o gasto extra poderia encarecer os produtos que compõem a cesta básica", diz Rosa. **Isenção total** - Além disso, entre todos os segmentos da sociedade que serão taxados o agrícola representa apenas 3% do valor arrecadado. Entre os usuários estão as empresas de abastecimento, de saneamento, de agricultura irrigada, as indústrias (que usam a água no processo de produção) e as agroindústrias, entre outros setores. Embora a decisão tenha acalmado os ânimos dos agricultores, a discussão não pára por aqui. Ao contrário, deve tornar-se mais intensa à medida que a data de votação da lei se aproxima. Há uma facção forte entre os agricultores que reivindica a isenção total da cobrança.



Fotos de Milton Michida/AE

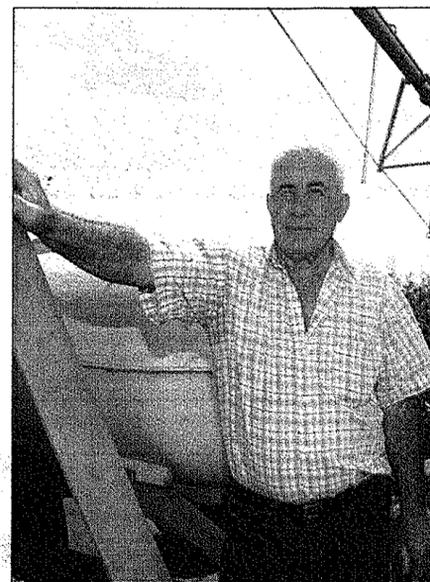
O piscicultor Admilson Melo, de Cândido Mota (SP): "Minha atividade usa a água e a devolve intacta à natureza"

Comitê vai regulamentar cobrança

Grupos de usuários poderão também determinar as isenções ou taxas mais altas

Atualmente, o consumidor paga pelo tratamento e pelo transporte do líquido, mas não pela água propriamente dita. Com a votação do projeto de lei, a água deixará de ser gratuita. A proposta é cobrar para levantar recursos a serem investidos na preservação e na recuperação das bacias hidrográficas. Não é para menos. A água doce será o recurso natural mais disputado do próximo século. O Brasil já tem problemas de escassez em vários Estados por causa da falta de planejamento, do desperdício e da poluição.

Escassez - De acordo com padrões internacionais, nas regiões nas quais o consumo atinge 20% do potencial hídrico, o recurso é considerado escasso. Tomando essa porcentagem como parâmetro, a situação no Estado é alarmante. A região metropolitana de São Paulo, quase toda incluída na Bacia do Alto Tietê, tem disponíveis cerca de 82 mil litros por segundo de águas superficiais. A previsão da demanda hídrica, só para o abastecimento público no ano 2000, é de 75 mil litros por segundo e, para 2010, chega a 92 mil litros por segundo. Num estudo realizado pela Secretaria de Recursos Hídricos, foi constatado também que, se não for tomada nenhuma medida de controle,



O produtor Roncon: sem incentivo governamental

SITUAÇÃO PAULISTA É CONSIDERADA ALARMANTE

outras bacias como a do Piracicaba, do Capivari, do Jundiá, do Mogi-Guaçu, além dos Rios Turvo e Grande e do Baixo Pardo/Grande estarão utilizando 100% de seus suprimentos no ano 2010. Assim, a economia dessas regiões

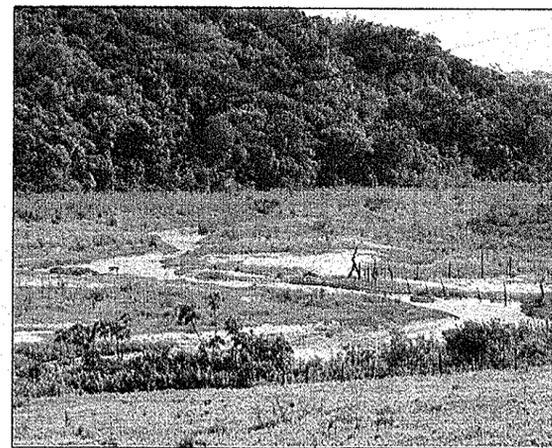
estão encarregados de detectar os problemas de suas bacias e criar um Plano de Bacia para determinar os projetos de preservação e recuperação dos mananciais e também o custo de tudo isso. A partir desse custo, o Conselho de Recursos Hídricos (CRH) vai fixar a taxa da cobrança, estabelecendo um preço mínimo e um máximo. Caberá aos comitês determinar quem paga e quanto paga. Os comitês terão autonomia para isentar ou taxar um determinado setor. Podem ainda cobrar só a captação, o consumo ou a quantidade de poluentes descarregados na água. O preço poderá variar também conforme o tipo de manancial e a época do ano.

França cobra R\$ 25,00 por ano

País europeu começou a cobrança há 30 anos e cada usuário pagava apenas R\$ 0,10

Na ala moderada, os agricultores encaram a proposta de lei como um mal necessário. A cobrança pode ser usada, por exemplo, para forçar uma empresa poluidora a tratar seu esgoto. Nesse caso, bastaria instituir uma taxa alta para o agente poluidor. Existem ainda agricultores que têm interesse na cobrança, pois já enfrentam problemas de escassez. No entanto, quando são questionados sobre o assunto, a maioria nega o problema. Essa é uma das polêmicas que pairam sobre a reivindicação de isenção total. Embora tenham argumentos sólidos, seus defensores não levam em consideração que muitas regiões precisam de leis, de parâmetros para contornar suas dificuldades. Em Holambra (SP), os produtores estão tendo um problema sério com poços artesanais. Cada vez que um poço mais profundo é cavado, outro mais raso fica sem água. A cobrança também é encarada por muitos comitês como um instrumento político, que pode ser usado para estimular a economia. As regiões que têm abundância de água, por exemplo, poderão oferecer taxas vantajosas para atrair novas empresas à região. O comitê da Bacia do Médio Paranapanema, por exemplo, encaminhou estudo para avaliar a aptidão do solo da região. Assim, poderá usar a cobrança para estimular as culturas que têm chance de êxito e vice-versa. O produtor que recuperar a mata ciliar para evitar o assoreamento dos rios também terá privilégios.

Punição aos poluidores - "Com exceção dos agentes poluidores, não temos intenção de usar a cobrança para punir e sim para estimular quem está no caminho certo", avisa o diretor-executivo do Vale do Paranapanema, Hugo de Souza Dias, um dos integrantes deste comitê. Para Dias, dificilmente um comitê aprovará uma taxa cujo custo possa comprometer a agricultura, pois em muitas regiões representa a principal atividade econômica. Essa não é, porém, a opinião compartilhada por todos os agricultores. O diretor da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Antônio Egídio Crestana, que defende a isenção total, comenta que não é justo pensar em cobrar da agricultura quando se sabe que os maiores consumidores e poluidores são a indús-



Rio assoreado na Bacia do Paranapanema: pouca conscientização

tria e a população. "Em nenhum país do mundo no qual a cobrança foi adotada a agricultura paga pela água, pois sabe-se que no fim das contas o custo será agregado ao valor do produto", diz. **Viagem à França** - Para o engenheiro civil Regis Romano Maciel, do Sindicato Rural de Campinas (SP), que viajou à França para conhecer o sistema de cobrança daquele país, a rapidez com que as secretarias de São Paulo querem pôr em prática o programa não dá tempo à sociedade de se adaptar. Segundo Maciel, o governo francês começou cobrando uma taxa mínima (cerca de R\$ 0,10) por ano para ganhar credibilidade. Isso foi há 30 anos e hoje cada habitante paga R\$ 25,00 por ano. Independentemente de ser favorável ou não ao uso racional da água, a perspectiva de uma taxa cara anedronta a maioria dos agricultores. O irrigante Renaldo Roncon, da cidade de Cândido Mota (SP), não sabe como vai manter sua atividade de caso tenha de arcar com uma cobrança tão alta quanto a que paga pela energia elétrica (cerca de R\$ 1,5 mil mensais).



NÓBILE TEME PELA INVIABILIDADE DAS ATIVIDADES

pleitear um custo mais barato", completa Rosa. **Centro de Desenvolvimento do Vale do Paranapanema**, ☎ (019) 322-2398; **Cooperativa dos Cafeicultores da Média Sorocabana**, ☎ (018) 341-1044; **Federação da Agricultura de São Paulo**, ☎ (011) 258-7233